

AS MATERIALIDADES DISCURSIVAS NAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER: DE SUJEITO FALADO A SUJEITO FALANTE

Sérgio Nunes de Jesus¹

Resumo: A presente proposta de pesquisa fundamentar-se-á em pressupostos da Análise do Discurso: Althusser (1985), Pêcheux (1987), e em pressupostos da Enunciação, Ducrot (1987), Guimarães (1995) e Bakhtin (1997), para investigar como o sujeito que pratica atos de violência contra a mulher fala, ou seja, responde aos interrogatórios da Polícia, em virtude das acusações que lhe são feitas pelas mulheres e por testemunhas de suas agressões. Assim, a metodologia a ser instituída será a bibliográfica e de campo ao evidenciar as formas das distintas enunciações abordadas por um “sujeito” que “reclama” uma ilusão de verdade contraditória em seus deslocamentos discursivos na produção de um sentido que só existe na relação ao outro – pelas forças e seus imaginários constituídos nessa relação. Discutiremos também a questão da violência contra a mulher e por qual o motivo ela se multiplica na sociedade, principalmente nos seios das famílias menos favorecidas – embora haja também um grande número desse tipo de violências em famílias de classe média alta. Sendo assim, abordaremos também de que maneira as Práticas Sociais, ou seja, praticada como aparelho ideológico de estado (AIE) de uma formação ideológica (FI) não investido pelo aparelho de Estado.

Palavras-chave: Sujeito; Materialidades Discursivas; Interpelação Policial.

Resumen: La presente propuesta de investigación está fundamentada en presupuestos del Análisis del discurso: Althusser (1985), Pêcheux (1987), y en presupuestos de la Enunciación, Ducrot (1987), Guimarães (1995) y Bakhtin (1997), para investigar cómo el sujeto que comete hechos de violencia contra la mujer habla, es decir, contesta a los interrogatorios de la Policía, debido a las acusaciones que le son impuestas por las mujeres y por testigos de sus agresiones. Además, la metodología a ser instituida será la bibliográfica y de campo al evidenciar las formas de las distintas enunciaciones abordadas por un “sujeto” que “reclama” una ilusión de verdad contradictoria en sus dislocamientos discursivos en la producción de un sentido que apenas existe en la relación al otro – por las fuerzas imaginarias constituidas en esta relación. Discutiremos también la cuestión de la violencia contra la mujer y por cual motivo ésta se aplica en la sociedad, principalmente en el seno de las familias desfavorecidas – sin embargo existan también gran número de ocurrencias de este tipo de violencia en familias de clase media alta. Así, abordaremos también como las Prácticas Sociales, es decir, practicadas como aparato ideológico del estado (AIE) de una formación ideológica (FI) no investido por el aparato del estado.

Palabras claves: Sujeto; Materialidades Discursivas; Interpelación Policial

¹ Graduado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia/UNEB (1997). Mestre em Linguística pela Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR (2008). Parecerista *ad hoc* da EDUFRO-UNIR (2010). Membro do Conselho Consultivo do Movimento Internacional Lusófono, Portugal – MIL (2012). Conselho Consultivo permanente da Editora CRV (2012). Atualmente lidera o Grupo de Pesquisa Língua(gem), cultura e sociedade: saberes e práticas discursivas na Amazônia/IFRO, CNPq (2010). Avaliador do SETEC-MEC (2013). Membro Fundador da Academia de Letras de Cacoal-RO. Professor e pesquisador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO. Escritor, músico e poeta. Contato: sergio30canibal@bol.com.br

Para pensar a teoria...

*Um produto ideológico faz parte da realidade,
(natural ou social) como corpo físico, instrumento de
produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes,
ele também reflete e refrata
uma outra realidade,
que lhe é exterior.*
(BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1997, p. 31)

Desde a organização do homem em sociedade, há uma necessidade de se usar processos interativos que atinjam uma evolução qualitativa da língua(gem) em sociedade. Observa-se, portanto, que a linguagem faz parte da vida social do homem e se perpetua na cultura.

A língua, por sua vez, é considerada dentro desse processo cultural, como o elemento de maior relevância para a interação do homem com o meio, realizando, na ação verbal ou escrita; essa definida pelo signo do interlocutor e suas criações linguísticas na/em/para a sociedade.

É importante ressaltar que, por trás de cada signo, há sempre uma ideologia a ser manipulada-interpretada no ato da comunicação por meio da palavra, construindo assim uma imagem cultural que o homem assume na identidade de ser o sujeito da ação, não só apenas do objeto, como também da realidade do aparelho ideológico que se constitui a partir dos sentidos do signo linguístico.

Nesse sentido, Ferrarezi Jr. (2003), dispõe que a palavra por si mesma não caracteriza muita coisa, pois ela delimita contextos diferenciados a partir da referência interna do falante. Logo, é por meio do código, de uma palavra, que não é totalizador enquanto parece que dependerá dos gestos de interpretação/leitura do interlocutor para que a mensagem se realize, pois as interpretações são diferenciadas a partir de cada indivíduo, de maneira psíquica do próprio falante.

O processo de interpelação

*É uma questão de precisão: a luta filosófica
(luta de classes na teoria)
é um processo sem fim de retificações coordenadas,
que se sustentam pela urgência de uma
posição a ser defendida e fortalecida frente
ao que se poderia chamar a
adversidade do/ no pensamento.*
(PÊCHEUX, 1997, p. 294)

Se levarmos em consideração a perspectiva de Pêcheux (1997), a partir da questão da *luta de classes*, é viável rever dessa ancoragem o posicionamento de Althusser (1978), no texto: *Observação sobre uma categoria: “processo sem sujeito nem fim (s)”*. É importante salientar que Althusser chama a atenção do valor que o *homem como sujeito da história* – fará sua própria história. Isso implica fundamentar as duas alusões Althusserianas: a visão científica e a visão filosófica. A primeira terá como base estrutural o *Materialismo Histórico* (instituído pelo Sujeito Histórico), a segunda é caracterizada pelo *Materialismo Dialético* (fundamento para o Sujeito da História).

A esse respeito Althusser (1978, p. 69) assevera que

[...] Não se trata de contestar as conquistas do materialismo histórico: que os indivíduos são agentes-sujeitos *na* história e, portanto, ativos *na* história sob a determinação das formas de existência das relações de produção e de reprodução. Trata-se de coisa inteiramente diversa: de saber se a história pode ser filosoficamente pensada, em seus modos de determinação, sob a categoria idealista de *Sujeito*. A posição do materialismo dialético me parece clara. [...], capaz, portanto de *prestar contas* do conjunto dos “fenômenos” da história.

Esses determinantes justificam o fazer contínuo do homem na história (de maneira concreta), ou seja, *constituintes* da história segundo Althusser (1978). Mas não há uma existência de sujeito histórico, pois para que haja – os homens devem fazer *juz* nas suas relações sociais, bem como nas *lutas de classes*. Assim, a perspectiva do *Sujeito sem fim(s)*, para a história haverá uma determinação – dele (do homem), pois não há circunstâncias escolhidas na história: dadas ou herdadas ao longo dessa, mas sim constituídas.

Para Althusser (1985), o sujeito é um dos pontos fundamentais para o tripé fundados na ADF. O que interessará nessa perspectiva para AD são as posições que esse sujeito ocupará – sendo um *sujeito do que diz pela tomada de posição* - de que *toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos*, por meio do funcionamento da categoria de sujeito. A tensão da interpelação tem enfrentamentos do sujeito e, de certa maneira, é direcionada na submissão do seu assujeitamento que irá se mover dentro do discurso mantendo uma relação com uma dada formação discursiva – pois a falta que lhe é instituída da sua não plenitude, não teria uma abertura para seus *deslizes* e *desvios* – sendo por sua vez, não motivadas pelo consciente desse *sujeito* – mas pelo *real do inconsciente* e pela procura inesgotável de suprir os furos nele constituídos.

Essas perspectivas retomam as bases do *Aparelho Ideológico de Estado* com fundamentos e conceitos marxistas: *da filosofia, política, estruturalismo, ideologia* entre

outros, mas contribuem diretamente por visualizar questões das relações de produção dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) como processos socializadores da lógica de dominação do homem na sociedade.

Para Althusser (1985, p. 60-1),

[...] esta representação oferece a seguinte vantagem teórica fundamental: ela permite inscrever no quadro teórico de seus conceitos essenciais o que dominamos seu *índice de eficácia respectivo*. [...] enquanto determinado pela determinação em última instância da base, é pensado pela tradição marxista sob duas formas: 1) a existência de uma “autonomia relativa” da superestrutura em relação à base; 2) a existência de uma “ação de retorno” da superestrutura sob a base. [...] a vantagem teórica do tipo eficácia “derivada” próprio à superesfície (base superestrutura) consiste em mostrar ao mesmo tempo que as questões de determinação (ou de índice de eficácia) são fundamentais; e que é a base que determina em última instância todo o edifício; como consequência somos obrigados a colocar o problema teórico do tipo de eficácia “derivada” próprio à superestrutura, isto é, somos obrigados a pensar no que a tradição marxista designa pelos termos conjuntos de autonomia relativa da superestrutura e de “ação de retorno” da superestrutura sobre a base. (grifos do autor)

Os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) marca de certa forma uma vasta contribuição da releitura da obra de Marx e influenciada pelos princípios hegelianos ao apresentar uma representação imaginária do homem, bem como suas condições de existência. Althusser (1985) assevera que tais condições podem ser representadas pela ideologia como centro dessa representatividade que é a causa da deformação – essa causadora da representação real e ideológica do mundo.

Althusser (1985) ao expor a questão da interpelação ideológica do indivíduo em Sujeito, principalmente ao grafar em letra maiúscula, reconhece ideologicamente a submissão existente nessa relação entre o Sujeito e seu reconhecimento dos demais universalmente – pois é válido notar também nessa ancoragem o fato de o Estado ser/é o instrumento da dominação do homem em/na/para a sociedade – onde a *luta de classes* tem ponto de partida por instaurar sua posição ante ao Estado repressivo e da própria subordinação entre classes. Tais fundamentos podem ser ideologicamente distintos, ou seja, o repressivo e o da violência (por meio da ideologia), mas também retomando as ideias de Gramsci, Althusser (1985) concebe a questão de que o Estado amplia as instituições sociais (como seus aparelhos) e [re]formula os lugares da luta de classes como parte do seu domínio social.

A luta de classes exerce diretamente todas as formas da ideologia dos Aparelhos Ideológicos de Estado, pois caracteriza uma arma de luta contra as diversas formas de poder,

ou seja, na *Infraestrutura* e suas relações na produção, a partir das formas de explorações e das relações de classe existentes para o Estado.

Pode-se assegurar que:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designe uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí que não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é, aliás, o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no “silêncio da consciência”: “é evidente! é exatamente isso! é verdade!” É nesta reação que se exerce a função de *reconhecimento* ideológico, que é uma das funções da ideologia enquanto tal (sendo o *desconhecimento* a sua função inversa) (ALTHUSSER, 1985, p. 94-5). (Grifos do autor)

Para tanto, essas possibilidades [re]visitadas por Althusser (1985) a partir dos pensamentos marxistas, pode e deve articular e, ao mesmo tempo objetivar as relações sociais no processo de produção e reprodução, visto que os indivíduos possam garantir a reprodução como forma “dominante” em/na/para a sociedade burguesa, como dizia Marx e Engels. Porém, a manutenção da reprodução enquanto ideário pode conceber a visão de mundo como espaço da burguesia a fim da conquista e manutenção de forças produtivas dessa ideologia dominante.

Do trabalho da Polícia

Para que o trabalho policial aconteça de forma satisfatória, faz-se necessário o conhecimento deste, no que condiz às suas atribuições, bem como a dos demais policiais, para que, assim, possam trabalhar juntos, visando o mesmo fim. Necessita também conhecer os elementos envolvidos na composição do inquérito policial, pois, assim, se tornará mais capacitado na realização de seu trabalho, quer dizer, não se exige do profissional, em particular, habilitações dos demais envolvidos no inquérito. Se ele tiver noção do objetivo pretendido pelo conjunto, estará em melhores condições para executar a sua missão.

O conjunto de diligências e atos desenvolvidos no sentido de investigar algum fato ou situação de direito. Pode ser policial, judicial, administrativo, etc. No que concerne às provas, pode-se dizer que se tratam dos elementos empregados na constituição do inquérito policial, elementos esses que ‘tentam elucidar’ os fatos condizentes às ocorrências, transmitindo a elas condições de ‘certeza e lucidez’.

As provas *subjetivas* são as provas que transmitem informações que cujas fontes serão as pessoas que participaram diretas ou indiretamente dos acontecimentos. Nas provas objetivas têm-se como base as provas materiais, de base concreta, com os vestígios que mediam a realização dos crimes e os recursos praticados pelos criminosos.

Partindo dessas premissas, o discurso policial na interpelação do agressor se vale dos discursos: *direto*, *indireto* ou ainda, *indireto livre* – dessas formas de interpelação -, dependendo da *intenção* do escrivão ao *relatar* os *fatos*, a caracterização subjetividade no discurso em relação ao fato, ou ainda, na mistura das vozes nas enunciações serão decorrentes nos discursos que nascem de uma natureza heterogênea, uma vez que o discurso do *eu* se mistura com o discurso do *outro*, pode caracterizar tanto como um *discurso referido*, como ainda, um *discurso relatado* – esses a partir do processo de interpelação decorridos na Tomada do Depoimento. Dessa maneira, o escrivão ressalta no discurso do agressor essa mistura de vozes, enfatiza o cenário, o pensamento e a linguagem do *sujeito* enunciador ou de sua *posição-sujeito* que lhe é imputada quando fala – seja por ser interpelado como (marido) e, ao se tornar, sujeito falante (investigado) perante a autoridade policial.

O discurso policial aparece encoberto de vozes, ao passo que trabalha com elementos próprios do cenário cultural do (depoente), ou seja, ficando latente, assim, a sua perspectiva com relação às convenções sociais da realidade vigente. Outra característica presente é a dos Boletins de Ocorrências – onde *ambiguidade* é visível no discurso do escrivão, pois alguns termos acabam impedindo o entendimento único em relação àquilo que se diz, causando ruptura nas práticas do relato, consistindo assim dúvidas no que corresponde à culpa do agressor sobre os fatos instaurados.

Portanto, trabalhar com pressupostos da linguagem policial, antes de tudo, é evidenciar um discurso que se constitui e é instituído a partir de outros discursos e que não possuem um método em sua constituição por isso esse *corpus* deve passar por análises e observações de sentidos ao se verificar a presença de subjetividade que para Benveniste (1989) se manifesta da capacidade do locutor de se posicionar como sujeito na/pela linguagem, fundamentada da consciência de si por parte do interlocutor, ou seja, do escrivão.

Sendo assim, é importante ressaltar de que maneira as *práticas sociais*, ou seja, praticadas como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), de uma Formação Ideológica (FI): *Tomada do Depoimento – Intimações – Perícias – Diligências – Busca e apreensão* são em alguns casos, ineficientes pela falta de efetivo (pessoal) que não é investido por esse Aparelho de Estado. E de como os *saberes sociais* que são próprios de uma Formação Discursiva (FD)

podem ser assim identificados na formação ideológica: *Zelar pela ordem – Zelar pelos bons costumes – Agir de maneira preventiva – Fazer valer os deveres do cidadão – Cumprir a lei* - pois o papel da Polícia como AIE é de se investir nas formas de cumprimentos/práticas (FI) e dos saberes (FD) desse aparelho.

Da Formação Discursiva aos sentidos do dizer da Polícia

A propósito da Formação Discursiva (FD), inicialmente formulada por Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber*, tinha como princípio estabelecer certo número de enunciados – a partir dos objetos, conceitos e temáticas, definindo regularidades como ordem, correlações, posições de funcionamentos e transformações enunciativas (FOUCAULT, 2004, p. 43). Nesse sentido, regulamentou esses princípios em algumas hipóteses: 1) *os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto*; 2) *definir um grupo de relações entre enunciados: sua forma e seu tipo de encadeamento*; 3) *não se poderiam estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo*; 4) *reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas*.

Nota-se que a preocupação inicial de Foucault (2004) foi a possibilidade de descrever enunciados a partir do sistema de dispersão dos objetos, ao definir uma regularidade, dentro das hipóteses – instituída assim como *formação discursiva*.

A noção de *formação discursiva* foi reestruturada por Pêcheux na perspectiva do quadro da análise do discurso que, a partir da visão do marxismo althusseriano propôs que toda “formação social” está na relação entre as classes sociais – que delas implicam nas “posições políticas e ideológicas” e não são feitas de indivíduos, mas de organizam em “formações, ou seja, pelas relações antagônicas entre si, de aliança ou dominação” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 240-1).

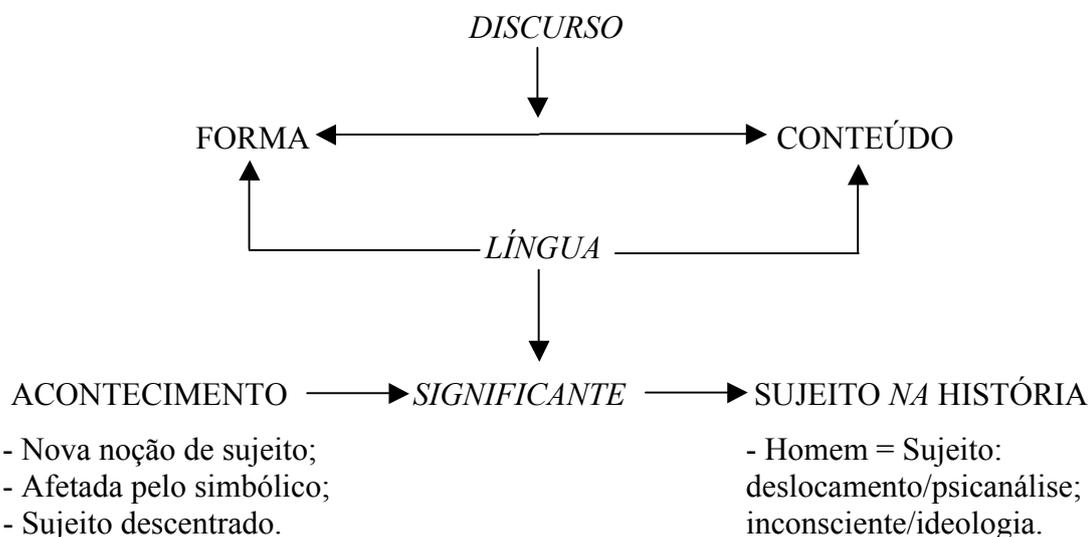
É válido ressaltar que a noção de formação discursiva iniciada por Foucault (1969) e reformulada por Pêcheux (1971) é um dos principais fundamentos na Análise do Discurso – uma vez que a questão do sujeito é o seu constituinte: tanto linguístico como histórico.

Para Foucault (1987, p. 106), “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser o sujeito”. É no núcleo de uma relação enunciativa estabilizada que se pode assinalar a relação de uma frase e

seu sentido. Por mais simples que seja um enunciado, não obterá como correlato um indivíduo ou objeto singular e este correlato não é um estado de coisa ou uma relação sucessível que venha verificar a proposição, mas sim um conjunto que tem capacidade em fazer com que tais objetos apareçam (domínios de objetos fictícios, dotados de propriedades arbitrárias) e que tais relações podem ser assinaladas (um domínio de objetos materiais que possuem certo número de propriedades físicas constatáveis), dentre outros domínios.

Segundo Orlandi (2005), pode-se pensar numa reflexão que possa ser fundamentada na linguagem e os confrontos que se desencadearão nas relações: *sujeitos – sentidos* e com a *história*.

Sendo assim, nessa ancoragem – temos:



Na base teórica da Análise do Discurso, percebemos que ela (AD) herdou: 1) da Linguística (a Estrutura); 2) do Marxismo (a Ideologia); 3) da Psicanálise (a noção de Inconsciente) – dessas, as noções de *sujeito/lingua(gem)* são bases essenciais nos estudos das Ciências Humanas e Sociais – ou seja, revistas no *Materialismo Histórico* e do *Materialismo Dialético*. Ambos fundamentados do Discurso: identificado por um sujeito e constituídos na realidade – seus efeitos e sentidos entre os locutores fazem com que a *lingua* seja a condição primeira dessa possibilidade do discurso nas Ciências e pelas *práticas* nelas inseridas.

Orlandi (2005, p. 27) aponta que

Cada material de análise exige que seu analista. De acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.

Deve-se levar em consideração a questão da *leitura-interpretação*: ou seja, de como o *sujeito* e a *língua* se relacionam pelas bases teóricas da ADF.

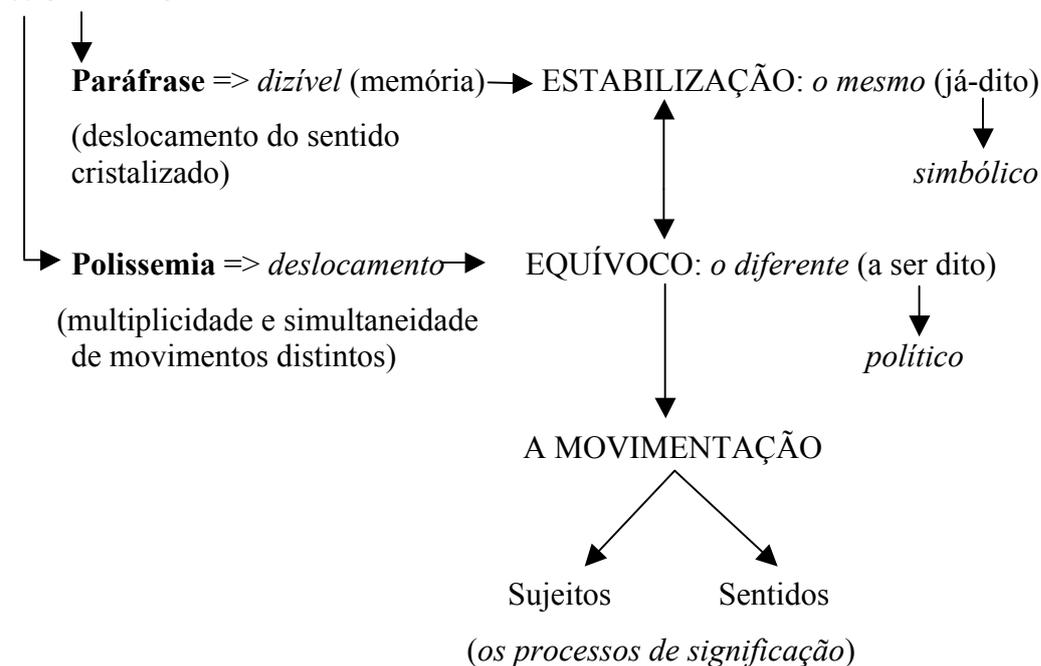
↓ ↓
sentidos *história*

Desse constituinte dado a disciplina de AD e seus pressupostos interpretativos – compreende por certo, os objetos simbólicos na produção de seus sentidos, por meio da significação. Devemos levar em conta as filiações instituídas na mediação entre: a *descrição* e a *interpretação*, pois pelo que parece, não há uma “alteração” na construção dos dispositivos para o alcance das conclusões. Assim, acredito que, daí nasce a *Materialidade* do processo dessa significação, como também na constituição do *sujeito* – dele, que se devem voltar às bases da pesquisa.

Vejamos:

SUBJETIVIDADE

& SENTIDO



É válido observar que, quando se fala em *paráfrase*, deve-se evidenciar a sua importância a partir da conservação das ideias originais de um texto sem modificá-la em sentidos ou significados que não possam estabelecer relações ao exposto no contexto.

Para tanto, segundo Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 366), “A paráfrase é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro. A equivalência se exprime em termos de co-referência, e mesmo de anáfora”.

Partindo desse princípio, a paráfrase pode articular-se em acepções semânticas que de maneira indireta a constituição da *sinonímia*; pelo apoio da continuidade enunciativa pelo sentido discursivo num *dado*² contexto.

Deve-se observar, nesse sentido, que a paráfrase torna-se sistema que pode ser encontrado ou definido em alguma relação na língua(gem), esta preestabelecida na existência da *anáfora*. Ou seja, quando há termos (palavras) que se entrecruzam em repetições retóricas num *dado* discurso.

Nessa perspectiva Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 36) delimitam que “[...] a anáfora pode pertencer às cadeias de referência, coesão textual e da progressão temática [...] recobrando as relações de simetria aos fenômenos do uso corrente da língua [...]”. Assim, pode-se ter como base duas concepções abordadas por Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 36-7) quando delimitam que a concepção textual da anáfora depende da interpretação referencial, esta a partir do contexto e sua estrutura lexical e sintática das *expressões relacionadas*.

É válido ressaltar que a anáfora também pode ser caracterizada pela concepção cognitiva, a passagem de uma *dada* sequência de enunciados pode ser identificada e, ao mesmo tempo apoiadas em ‘textos e discursos’ numa estrutura léxico-semântica que permitirá uma aceitação pragmática a partir da posição referencial nas regras semânticas e sintáticas na construção das frases; as quais para Benveniste *apud* Charaudeau & Maingueneau, (2004) o emprego anafórico de uma expressão se estabelece a seu emprego *dêitico*³ a uns fenômenos textuais, relacionados aos fatores cognitivos determinados ao contexto de uma expressão.

Com isso, pode-se perceber que a *paráfrase* bem como a *anáfora*⁴ estão diretamente ligadas ao elemento *dêitico textual*, pois as relações sistêmicas existentes entre esses paradigmas podem ser definidas pelas referências intermediárias do seu sentido inicial e obrigatório a partir da situação enunciativa que pode ser *indireta* ou *opaca*, a identificação

² Termo utilizado por Possenti (2002, p. 27) para designar o *DADO* “*herdado*” e o “*doador*”, considerando as circunstâncias e a ocorrência da palavra numa interpretação unívoca; ou seja, esta poderá estar longe de ser a verdade, evitando suposições ingênuas dos sentidos estabelecidos no contexto.

³ Terminologia evidenciada por Ducrot & Schaeffer, 1995, p. 310, *apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004, para designar os tipos de referência identificados na enunciação da expressão ao tipo de anáfora empregado em seu contexto.

⁴ É a relação interpretativa de um enunciado ou da sequência de enunciados de um texto.

referencial não será imediata e, sim, pelos indicadores espaciais no contexto dum *dado* discurso estabelecido pelo locutor ao interlocutor no ato da enunciação.

A paráfrase, nesse sentido contextual, pode exigir uma contiguidade a partir dos elementos semânticos preestabelecidos entre os léxicos anafóricos e dêiticos que os aproxima como sistematização pragmática enunciativa. Logo, se caracteriza pela presença das relações na concepção da paráfrase que é designada pela noção paradigmática e a marca de heterogeneidade mostrada no discurso e constituída na designação da anáfora, referência, co-referência, e designação estrutural do discurso.

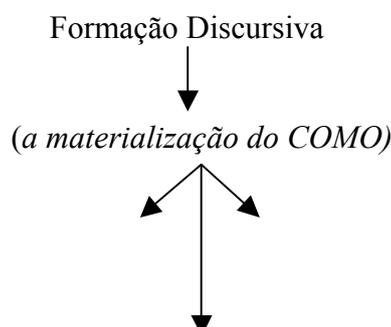
A paráfrase constitui-se na transferência de novas ideias a partir de uma transcrição na qual o locutor possa estabelecer a relação intertextual no discurso.

No entanto, pode-se esclarecer também que a opinião do interlocutor como agente da interpretação interdiscursiva, deve-se observar, nesse princípio, que a leitura e análise de um *dado* texto requer o que, em grande parte, os linguistas chamam de *leitura vertical* e *leitura horizontal*, ou seja, no primeiro momento, o leitor faz um breve levantamento dos referenciais que o texto traz para uma compreensão base e no segundo plano, uma leitura rápida com a finalidade da percepção do assunto geral, a fim de analisar o próximo contexto dessas *idéias-grifo*; que tornam uma certa *identidade dada* como referência do texto-base. O enunciado manterá a reiteração e ênfase na compreensão, assegurando, por conseguinte, o que foi *dito* anteriormente, designando, assim, uma acessibilidade nos esclarecimentos enunciativos do texto proferido.

A língua por sua vez, permite abordagens de equivalência semântica considerada como *sinônimo* e *paráfrase*. As sequências que podem ser produzidas com o mesmo sentido equivalente, não serão as mesmas para seus *interlocutores-sujeitos* num *dado* texto-base.

A concepção instaurada nessa abordagem nos permite pensar que a *língua* se *materializa* na *ideologia* – onde o discurso pode ser constituído o *lugar* do trabalho da língua e também da ideologia com efeitos e sentidos numa relação recíproca com a linguagem numa FD.

Vejamos:

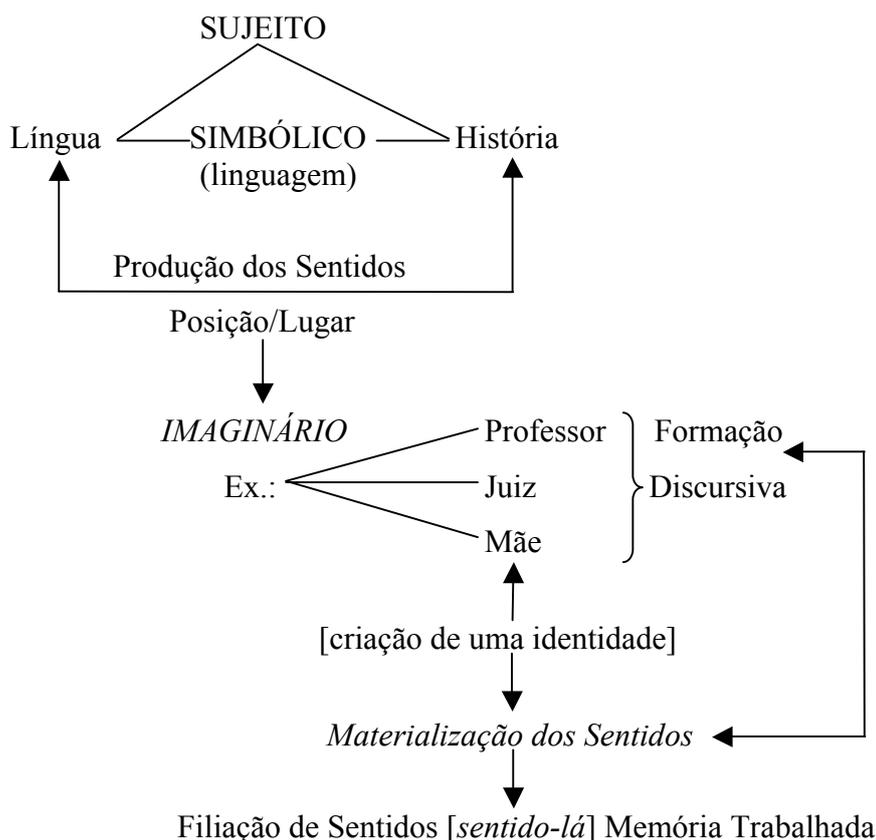


Efeitos Sentidos

Linguagem ————— *Ideologia*

No que diz respeito à Formação Discursiva (FD), Orlandi (2005) afirma que ela ainda é uma questão polêmica, por ser a *base* para AD – pois ela permite a compreensão do processo na produção dos sentidos - suas relações com a ideologia e as regularidades que permitirão o funcionamento do discurso e a sua determinação do que *pode* e *deve* ser dito. Já na base ideológica – (*a ideologia*) coloca o homem numa relação imaginária da qual as condições existenciais de sua matéria constitui o sujeito e os sentidos - *o sujeito* assim se constituirá na relação *língua/história* dando efeito para que haja sentido.

Entendamos a esse respeito abordado por Orlandi (2005) dessa maneira:



Observamos a partir desse pressuposto o *sujeito* é determinado pela exterioridade e a relação que ele possui com os sentidos a ele instaurados, pois nem o [sujeito], nem o [sentido] pode ser completo ou definido – a incompletude faz parte desse segmento que [*move* –

desloca e rompe] as estruturas – essas por meio da enunciação e da temporalidade do ponto de articulação entre: *sujeito/língua* na história.

Logo, relacionar *teoria/objeto* é o fundamento próprio do valor de um juízo propenso às opiniões alheias do saber que *pode/devem* ser julgadas por meio da virtude. Ser expectador é importante para se compreender o *saber*, porém são pelas *práticas* que o homem procura *descobrir – desconstruir e construir* uma opinião diferente da que foi alicerçada no *velho*.

CONSIDERAÇÕES

A partir das ancoragens podemos constatar que a questão dos efeitos e dos sentidos na Tomada do Depoimento, dentro do Aparelho Repressivo de Estado, a Polícia – instaura-se não só rastros de subjetividade, mais também uma dependência de fatores como a reflexão do auditório social de cada indivíduo que está centralizada a partir da variedade da comunicação, que visa uma ideologia, não apenas como reflexão, mas como prioridade em organizar as ideias que se relacionam à consciência individual em cada situação enunciativa.

Nesse caso, pode-se notar também que no *discurso relatado* como instância analisada, representa outro discurso, e que o *discurso referido* corresponde ao discurso que inclui em si outro discurso, tornando-se lúcido, de certo modo, a partir da *presença* ou da *ausência* de subjetividade, em que o sujeito, aqui é representado na figura do *escrivão*, sob o ponto de vista linguístico (elemento textual enunciativo) da análise representada na TD.

Assim sendo, pode-se considerar que o *corpus*, de pesquisa nas Tomadas de se transfiguram no texto por efeitos e sentidos causados pela subjetividade, de acordo as necessidades do (locutor) e seu desencadeamento enunciativo no ato do depoimento.

Essas marcas nas TD são determinantes a partir das situações, caracterizadas no discurso do atendente/escrivão, onde a escolha vocabular, a intencionalidade discursiva aparecerá no texto pressupondo assim como sujeitos próprios do interior do discurso.

Dessa forma, podemos previamente dizer que os Dispositivos de análise constituídos ao longo da ancoragem da consciência determinante no Materialismo Histórico e Dialético para a gênese da AD tornam-se transferências e valores de jogos simbólicos numa pluralidade de filiações históricas. Onde, *estabelecer evidências, compreender a opacidade da linguagem, determinar os sentidos pela história, constituir o sujeito pela ideologia e dar abertura ao possível* (ORLANDI, 2005) é abordar na construção do método. Situando assim numa compreensão “relativa” no movimento da interpretação que se inscreve no objeto simbólico –

distinguindo: a descrição dos gestos de interpretação; deslocar o dispositivo e esperar os resultados a serem alcançados – esses pelo *equivoco/falha/materialidade* ideológica trabalhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Observação sobre uma categoria: “PROCESSO SEM SUJEITO NEM FIM (S)”. In: *POSIÇÕES-1*. RJ: Edições Graal, 1978. p. 66-71.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)

BAKHTIN/VOLOCHINOV, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 8. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. *Livres pensares*. Porto Velho: Edufro, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 4. ed. Tradução Selma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Campo teórico).

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1998. (Série princípios)

JESUS, Sérgio Nunes de. *Discurso Policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrência*. Guajará-Mirim, RO, 2008. 112 p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Fundação Universidade Federal de Rondônia.

JESUS, Sérgio Nunes de. De sujeito falado a sujeito falante: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher. Porto Alegre, RS, 2010. 29p. *Projeto Definitivo de Tese* (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGLET.

JESUS, Sérgio Nunes de. *De sujeito falado a sujeito falante: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher*. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/912/743>. Acesso em: 05/01/2011. (Ver sistema de busca no site)

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. Tradução Luciana Pudenzi et al. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho; v. 2)

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997a. (Coleção Repertórios).



PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Cap. IV. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Tradutores Bethania S. Mariani et al. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997b. p. 163-252. (Coleção Repertórios).

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.